



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CONEPIR/MG, EM 15 DO MÊS DE MAIO DE 2024.

PRESIDÊNCIA CLEVER ALVES MACHADO

Aos 15 dias do mês de maio do ano de 2024 ocorreu em formato virtual a Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial- CONEPIR. Link da reunião: <https://teams.microsoft.com/j/meetup-> Presentes os conselheiros (as): **Cléver Alves Machado** (SEDESE/Subsecretaria de Direitos Humanos); **Ellen Alves de Oliveira** (SECULT); **Fernanda Alves Batista** (SEDESE/Espportes); **Arthur Henrique Soares** (SEDESE/Esporte); **Fátima Cristina Pinto** (SEDESE/Subsecretaria de Assistência Social); **Helen de Oliveira Nunes Barros** (SEPLAG); **Ciro César de Carvalho** (SESE) **Ana Beatriz Rodrigues Porfírio** (SES); **Rogéria Maria Alves Borges Rodrigues** (SEDE); **Adjanir Silva** Movimento Unificado Negro de Divinópolis; **Ana Luísa Evangelista da Silva e Luana Paulino Amarante** representando Indômita Coletiva Feminista; **Cassia Makota Kidoialê e Glaucia Cristina Martins de Araújo Vieira** representando a Associação Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango; **Maria Eunice Ferreira Gama**, representando Fundação Conscienciarte; **I - Justificativas dos conselheiros ausentes:** Paloma de Souza Santos Pereira (SEJUSP); Dep. Macaé Evaristo (ALEMG). **II – Convidados:** Cristina Ferreira – Presidente da Comissão de Igualdade Racial, Verdade e Reparação Histórica; Cássia Dias – advogada, voluntária homenageada pela ALEMG 2023, Prêmio Zumbi 2022; Thamiris Firmino de Souza – advogada há 07 anos, atua na área cível e de família; Bruna Marques Viterbo; Maria dos Reis Guilhermina de Jesus representando a SEDE; Ana Rita Pereira – DAOCDH; Olivia Maria Silva, referência técnica na DEPIRPT/SEDESE e advogada; Pedro Henrique Madureira representante da Subsecretária de Esportes(SUBESPORTE); Ana Clara de Souza representante da Subsecretária de Esportes(SUBESPORTE); Danilo Amaral Sebe representando a Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da OABMG; Thais de Araújo Pedrosa representante do Ministério de Igualdade Racial; Sabrina Silva Machado representante da Coordenadoria de Relações da Comissão do Sistema de Justiça; **Dr. Allender Barreto Lima da Silva** Coordenador de Combate ao Racismo e todas as outras formas de discriminação – CECRADE do Ministério Público Estado de Minas Gerais. **III - Suporte Técnico:** Elenir Rios, secretária executiva do CONEPIR; Maria Judite Resende técnica da Secretaria Executiva CONEPIR, Wallison Francisco Gomes (CTIC/CDH/SUBDH). **IV - Verificação do quórum:** Às 14h15min, o presidente verifica se há quórum e pede a secretária executiva Elenir Rios que faça a leitura dos nomes dos conselheiros presentes e após, a leitura dos nomes dos conselheiros que justificaram ausência. Depois de conferidas as presenças e ausências, o presidente dá continuidade à reunião com boas vindas a todos (as) e coloca para aprovação a Ata da reunião plenária ordinária do dia 17 de abril/2024 que foi aprovada por todos conselheiros. Em seguida houve a leitura e aprovação da pauta da reunião; **V - Pauta: 14h40** – Apresentação da Secretaria Subsecretaria de Esporte sobre os Jogos Indígenas Individuais; **14h45** - Atuação dos órgãos públicos referentes ao assunto debatido na plenária do dia 17 de abril: "As violências sofridas pelas Advogadas Negras junto aos órgãos policiais e Poder Judiciário de Minas Gerais", com a participação dos Convidados; **17h – Encerramento.** Dando sequência, o presidente passou a palavra para o Sr. Pedro da Subsecretaria de esportes apresentar o programa dos Jogos Indígenas. O Sr. Pedro cumprimentou a todos e diz que juntamente com a Ana Clara que iremos conduzir a apresentação dos jogos dos povos indígenas. Ana Clara diz que preparou uma breve apresentação sobre o que é os jogos dos povos indígenas. É um evento esportivo que surgiu da demanda da própria comunidade indígena. Ele começou em 2012, na comunidade indígena que conseguiu recurso, na Assembleia Legislativa através da comissão de participação popular. E aí, por meio desse recurso, eles conseguiram iniciar a execução dos jogos em 2012. Desde então, todos os anos tem acontecido os Jogos Indígenas, até o ano de 2018, que foi a última edição. É um evento esportivo que visa promover, e fortalecer a cultura indígena com as diversas comunidades indígenas de Minas Gerais. É uma competição

esportiva, que visa fortalecer a identidade cultural indígena, porque ele permite o intercâmbio entre diferentes etnias do estado. Um dos objetivos dos Jogos Indígenas é promover, difundir, fortalecer e valorizar as práticas esportivas dos povos Tradicionais dentro das comunidades indígenas do estado. Trouxemos aqui as modalidades de disputa que vão acontecer esse ano, como: a derruba toco, o arco e flecha, cabo de guerra, zarabatana, corrida de maracá, bodoque, arremesso de lança e futebol. Na política a gente tem uma ação conjunta, não só da SEDESE, que no caso é Subsecretaria de Esportes, mas a gente também tem o envolvimento da SECULT, que é a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado, a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Saúde. Então montamos uma comissão que organiza os jogos com apoio da comunidade indígena e do município. Um requisito para o município ser sede dos jogos é ter aldeias no seu território, e então a comunidade indígena, ela escolhe esse município, indica pra gente, a gente faz um convênio com esse município que fica responsável pela execução dos jogos. Nessa edição foi escolhido o município de Carmésia, que deverá contratar uma empresa para cuidar da execução dos jogos como um todo. Um ponto importante é a importância dos jogos para a comunidade indígena, de modo geral, é OJ pinguelli. Ele próprio permite a democratização do acesso ao esporte pela comunidade indígena que historicamente, o esporte não é algo tão praticado por comunidades tradicionais, por ser uma prática esportiva, consequentemente tem uma promoção na melhoria da saúde, no bem estar, na qualidade de vida e também o fortalecimento da identidade das etnias indígenas por meio da prática esportiva. Não há interferência nas modalidades de disputa, construídas o próprio regulamento que é feito a partir da comunidade indígena, então isso é uma forma de respeitar a identidade desses povos, porque são jogos adaptados para comunidade indígena, não existe aquele regulamento formal esportivo. Em Carmésia, o público estimado para participar dos jogos está pactuado em 1000 pessoas e a data dos jogos a ir acontecer de 20 a 24 de maio de 2024. Pergunta no chat. Tem um motivo especial para acontecer em Carmésia? Sim, a definição do município sede é feita pelos próprios indígenas. Acontece sempre um rodízio, teve edições passadas nos municípios de Ladainha, São João das Missões, então eles procuram fazer sempre um rodízio de municípios que estão sediando os jogos. O Sr. Pedro diz que gostaria só de complementar, que é uma ação muito importante para Subsecretaria de Esportes, para fazer essa aproximação junto à comunidade indígena, e essa aproximação é muito diferente dos outros eventos que a gente tem. Então, além do evento esportivo, como a Ana muito bem mencionou, nós vamos ter ali a apresentação de fotografias das comunidades indígenas. Vamos ter rodas de conversa, de discussões entre as etnias, ações da Secretaria de Saúde com relação a cuidados primários da saúde. Tentamos trazer a presença do Ailton Krenak, que foi o primeiro indígena na Academia Brasileira de Letras, mas infelizmente ele não poderá participar. Buscamos essas aproximações e lembrando que tudo é sempre uma relação dupla, tripla entre estado, município e a comunidade indígena, através dos seus representantes. O conselheiro Adjanir pede a palavra e diz que fizemos um evento no dia 13 de maio na escola estadual D. Antônio Paladares, de Divinópolis onde surgiu a questão de Carmésia. Daí a pergunta, parece que em Carmésia foi reunido várias etnias e num campo de concentração, era um dado que eu também não sabia, achei que fosse algo ligado a esse dado. O conselheiro Adjanir pede que envie para ele material para divulgação. Quero saber quem é que participa se é só os indígenas ou é aberto também a comunidade. Acho também que tem que levantar essa questão do campo de concentração que o exército fez em Carmésia até para poder ver o que pode ser feito em termos de reparação. Criar uma data histórica sobre o que aconteceu de verdade, para que isso não aconteça mais. Obrigado pela cessão da palavra. Clever pergunta a Pedro: Você lembra-se das etnias que estão lá? Pedro responde que não vai conseguir lembrar, porque são muitas etnias. O Presidente diz da importância desses Jogos Indígenas porque, além da questão cultural, economicamente é favorável para eles, é uma forma de também, preservar a cultura, levar cultura, troca de conhecimento e, ao mesmo tempo, também geração de renda. Pedro diz que esse aporte de recursos vem até de outras fontes, mas é fundamental para a sequência dos jogos, para ampliação dos jogos e pensar em algo no futuro também. A conselheira Fernanda que é da subsecretaria de Esportes diz que a ideia foi de trazer e compartilhar com o Conselho justamente nesse sentido, para que a gente possa, em conjunto para os próximos anos, fazer essa costura. Hoje, o orçamento dos jogos é um orçamento que era só de emenda de participação popular, que os indígenas conseguiram e aí a gente conseguiu internamente, avançar uma parceria com a Secretaria de Educação que suplementou esse orçamento e a nossa intenção é que aumente mesmo, porque hoje o orçamento custeia alimentação, transporte, toda a logística para a estrutura do evento. Não existe arbitragem, pois são esportes próprios dos indígenas, mas que é necessário ter todo um acompanhamento com a execução e operação do evento, que é um grande evento. A ideia é conseguir mais recursos até mesmo para deixar um legado para a aldeia, que a ideia dos jogos por onde ele passa. Foi em Ladainha, nos Maxakalí, que foi reformada uma cozinha antiga e em cada edição a gente foi deixando um

legado ali que era de interesse da aldeia. Então, a intenção desse convênio, não só a parte esportiva, mas entra toda a parte cultural, todas as etnias levam ali seus artesanatos, então eles fazem feiras culturais de artesanatos. Tem noite cultural também de comidas típicas. Quem não teve oportunidade de ir a um jogo, vá, porque eu sou assim, extremamente apaixonada com todas as edições que eu já fui. Então, participe. Acompanhe. Pra gente pensar na alimentação, até para as crianças indígenas é de ter esse cuidado com todo mundo que está ali. Porque não é os Jogos Indígenas de atletas, é os Jogos Indígenas que a família vai estar ali. Então, é interessante compartilhar com vocês que não é um evento esportivo onde a gente pensa no jogo, em tabela, como que vai acontecer. Não, a gente pensa num contexto todo deles e a ideia é que a gente consiga tornar uma ação. E hoje ele é um convênio, mas que ele se transforme em uma ação do estado para que a gente tenha realmente mais orçamento que se possa pensar em algo para a faixa etária educacional também. Dentro dessa temática que está dentro do esporte, tem o quilombola que virá agora também. Mas, enfim, pensamos que junto com o Conselho construir essas políticas cada vez mais de forma humanizada. O presidente Clever pontua para deixar registrado nesta ata, a importância de negociar com Assembleia Legislativa em aumentar o aporte para os Jogos Indígenas. Como encaminhamento nosso estar fazendo essa reparação junto ao orçamento do estado. Clever agradece a equipe da subsecretaria de Esportes e dando seguimento a nossa pauta, atuação dos órgãos públicos referente ao assunto debatido na plenária realizada no dia 17 de abril, com o tema: As violências sofridas pelas advogadas negras junto aos órgãos policiais e poder judiciário de Minas Gerais. Temos aqui hoje representado representando a Sejusp, a doutora Sabrina Silva Machado, que é coordenadora de relações com o sistema de justiça e a Dra. Taís Araújo Pedrosa, chefe de serviços de apoio às ações transversais da ouvidoria. Neste momento vou passar a palavra para Luana porque a Luana é a nossa conselheira que vai conduzir essa parte e depois passo a palavra para as outras convidadas para que elas possam se apresentar. Luana agradece dá boa tarde a todos e todos. Gostaria de repassar essa minha fala para Dra. Bruna, porque ela preparou um compacto de todas as nossas denúncias na fala de hoje, se a Dra Cristina e a Dra Ana não se importam. A Dra Sabrina pediu a palavra dizendo que tem outra reunião às 15:00, então eu vou precisar me retirar. O dr. Allender diz que também irá se ausentar às 15:00, pois irei atender inclusive a comissão da igualdade racial da subseção de Lagoa Santa presencialmente. A Dra. Bruna diz que irá tentar ser o mais breve possível para que tanto O Dr Allender e Dra. Sabrina consigam manifestar com relação às denúncias que serão colocadas aqui. A situação vivida por mim e por outras advogadas também, entre o ano de 2022 e 2023 em Uberaba, em que uma colega nossa, no exercício da profissão sofreu violações. Nós tivemos a situação primeiramente com a Dr^a Tamires, em Boa Esperança, onde a Dra Cristina também presenciou. Até então do nosso conhecimento, uma vez que a comissão de promoção da igualdade racial da OAB Minas vem recebendo diversas denúncias com relação as situações nas quais as mulheres negras vem sofrendo atuando como advogadas. O meu caso pelas prerrogativas da OAB, onde foi aberto um procedimento administrativo, de desagravo com relação à situação na qual eu vivi, inclusive hoje o meu procurador se encontra presente aqui na reunião de hoje. O Ministério público, representado pelo Dr. Allender como também o estado representado pela Dra. Sabrina pode estar trazendo como soluções para os nossos casos. Porque o que mais acontece com nós, mulheres negras, no exercício da nossa profissão, é o não reconhecimento como advogadas. É o que vem acontecendo, é muitas de nós sermos confundidas com um parente dos nossos clientes. Eu não sei se há uma política pública no meu caso, em específico, há um procedimento em andamento. É igualmente com Dra Tamires dentro da OAB Minas, porém, no meu caso, e no caso da Dra Tamires, que foi diretamente com a segurança pública, nós precisamos de um retorno e precisamos que haja políticas para que tais situações não aconteçam, porque no meu caso eu quase fui agredida, fui desrespeitada. E eu faço a atuação em casos como advogada criminalista, na qual eu tenho que lidar diretamente com a polícia militar. Eu trabalho com minorias, diretamente com pessoas de baixa instrução social. Esses militares atuam no bairro na qual eu faço a gestão dessas ONGs. Nesses anos que eu tenho de advocacia nunca aconteceu tal situação comigo, em ser atendida com truculência. O militar falou que eu estava desacatando ele, que iria me prender por resistência, porque eu era parente do preso. Eu mostrei a minha OAB e falei com ele que eu não era parente, como era advogada e que eu não iria sair dali porque eu estava no exercício da minha profissão. Um dos militares começou a me filmar. Então eu falei com ele, já que você está me filmando, eu também vou filmar. Ele foi para cima de mim, apontou o dedo no meu nariz precisou da intervenção da pessoa que estava me acompanhando. A delegacia orientou que eu fizesse o boletim de ocorrência no batalhão, onde foi me negado a fazer o boletim de ocorrência pelas ameaças que eu sofri. Então, a única alternativa que encontrei foi reportar a situação ao OAB Minas e mais a comissão de direitos humanos da assembleia legislativa. Está muito difícil advogar, muitas colegas estão pensando em desistir. Creio que a Dra Luana levantou a mão, eu vou dar a palavra a ela e aproveitando a presença da Dra Sabrina e Dr Allender em uma fala coletiva de

todas nós advogadas, negras e principalmente advogadas, negras, periféricas que temos que lutar pelo respeito e direito ao nosso trabalho. Advogar tem que ser independente da nossa cor e da nossa condição social. A Dr^a Sabrina falou que vai ter acesso hoje ao pessoal da OAB. Sabemos que quando uma advogada branca ela tenha seus direitos violados, ela tem toda assistência da equipe da OAB e, nós advogadas negras, não temos. Parece quando a gente conta uma história individual, parece que é um mi, mi, mi e as pessoas não têm tempo, não tem a paciência de nos ouvir. Trazendo para a senhora Dra. Sabrina, e para o senhor, Dr Allender essa pauta porque nós estamos cansadas de todos os dias, ser violentada pelo racismo. A gente não consegue trabalhar simplesmente pelo fato de sermos mulheres negras e periféricas e a nossa clientela ser majoritariamente periférica, e negra também. Nós queremos ter o direito de igualdade, o direito do exercício da nossa atividade. A Dr^a Cristina, Dr^a Ana, pode complementar a nossa solicitação enquanto coletivo, para vocês entenderem o que passamos todos os dias. Muito agradecida e desculpa pelo desabafo. A dra. Sabrina pede a fala dizendo querer contribuir antes de sair. Eu acho essa pauta muito valiosa mesmo. Parabenizo quem trouxe essa questão para ser discutida, porque realmente, infelizmente a gente tem que reconhecer que isso acontece e principalmente quanto a lida é com a criminalidade, infelizmente, essa notícia não é que as doutoras trazem é muito triste. Mas, enfim, temos parceria muito com OAB, e principalmente no que tange a questão do sistema prisional. Agora, com relação à polícia militar, a polícia civil e o poder judiciário, queria sugerir, poder evoluir para uma questão mais resolutiva, focado de campanha de alguma coisa, a participação deles, porque apesar Dr. Rogério Grego e o secretário de estado de segurança pública, a polícia militar e a polícia civil são órgãos independentes, e eles não estão aqui nessa discussão e nem o poder judiciário. Não é porque eu vi que a pauta também trata sobre o poder judiciário para entrar também como meio de atuação, que acredito também que não, que isso acontece, não é no ambiente judiciário das secretarias. Acho que pra gente tentar evoluir não é encaminhar para alguma solução para isso ou para uma mediação, seja qual for, até na questão da Dra Bruna que está exposto, como todas vocês, também que no interior vocês acabam ficando mais expostos ainda por ser cidades pequenas. Todo mundo se relaciona, conhece todo mundo, é importante trazer esses órgãos de polícia para essa discussão que a gente conseguia evoluir, porque eu não posso falar pela polícia militar, pela polícia civil e pelo poder judiciário. Eu posso falar, pelo secretário, eu sei que é uma pauta que ele reconhece também como uma preocupação para a segurança pública e merece uma atenção nossa. Mas para a gente poder evoluir, eu sugeri esse encaminhamento. Allender pede a palavra e diz solidário com as questões relatadas. O problema é a necessidade urgente de um letramento racial do sistema de segurança pública, do sistema de justiça, incluindo todas as entidades, todos os os órgãos, incluindo o poder judiciário e polícias, como bem frisou a Sabrina. Embora, obviamente, haja críticas porque nós estamos trabalhando com problemas estruturais, então quando o problema é estrutural, ele sempre escapa a uma ação, mas dentro do Ministério público. Nós temos desenvolvido o letramento racial do MP. Isso eu posso te dizer e de uma forma, assim como eu estou lá no conselho nacional do MP, na questão também de enfrentamento ao racismo, eu posso dizer que eu, ao programa institucional antirracista que a gente faz dentro do MP a partir de 2023. Ele é pioneiro no Ministério público brasileiro. Nós estamos trabalhando desde 2023. A gente trabalhou especialmente com o racismo institucional, Nós conseguimos inserir a pauta racial no cotidiano dos membros e servidores do Ministério público. Estamos enviando conceitos e mensagens por todos os meios de comunicação do Ministério público, desde o e-mail institucional que cada membro servidor é obrigado a abrir até o WhatsApp institucional. A gente disparava conteúdos, antirracista, pautando a instituição no ano de 2023 e 2024. Continua agora, mas com um viés de parcerias para que essa campanha interna continue e expanda, envolvendo certamente outros atores. Por isso que eu acho muito pertinente a provocação de vocês nesse momento. E parabenizo o Clever, também por ter trazido essa questão para a reunião do CONEPIR para quem tiver interesse ao programa. Ele tá no site do Ministério público, ele chama sobretons o programa antirracista do Ministério público de Minas Gerais. A dra Cristina diz que gostaria de complementar também, se for possível, antes que saída do Dr Allender, Dra Sabrina, que esse letramento racial não basta ser só no Ministério público, tem que ser um letramento racial para esses agentes que lidam diretamente com gente, em delegacia e no poder judiciário. é para ontem, já era para ter sido resolvido. Quando Dra. Bruna falou que existe uma diferenciação com a mulher branca advogada ser bem tratada. Eu já vi isso diversas vezes. Ela pode enfrentar a questão de gênero, mas a mulher negra, ela enfrenta o racismo em primeiro lugar, que é a primeira barreira e essa é a pior de todas. Aqui está também o social, que é o que a maioria das advogadas negras trabalha com a periferia. Então peço para Sabrina que leve esse assunto não só aqui no CONEPIR, mas no Ministério público, Secretaria da segurança, OAB, representantes do poder judiciário. Repito, não basta fazermos essas reuniões sem a presença de vocês. Não, se resolve. Peço encarecidamente que levem esse assunto, principalmente o Dr Sérgio Leonardo para que esteja presente nessa reunião. Não basta só o Ministério

Público e esses agentes precisam ser trabalhados. O que aconteceu com a Dra Bruna e com a Dra Tamires, que eu presenciei, é uma coisa absurda um delegado ter dúvida do nosso conhecimento jurídico que aconteceu com a Dra Tamires e comigo. Eu fui desrespeitada não só na questão do etarismo, mas como profissional. Com 40 anos de profissão, eles olham para nós como parente dos bandidos. Nós exigimos, acima de tudo, o respeito por parte desses policiais e por parte de delegados. O Ministério Público, nós temos um tratamento diferenciado, porque quando se precisa falar em racismo, tem lá Dr Allender para nos receber, mas nós precisamos de alguém na Secretaria de segurança pública que nos receba também quando nós sofremos racismo. Nós queremos o tratamento igual e piora quando se trata ainda de mulheres negras retintas, ela sofre um preconceito muito maior. Não sei qual é o problema da sociedade brasileira em relação a isso. Eu peço encarecidamente que seja tratado especialmente as questões das advogadas negras, não só questão racial na sua amplitude, mas na interseccionalidade que a mulher negra enfrenta. Agradeço muito por ter ouvido desculpa atrasá-los, mas eu gostaria de falar ainda com a presença de vocês. A dra. Sabrina diz que vocês sofrem mais ainda. Isso sem ficar reafirmando o tempo inteiro a questão racial e a questão por serem mulheres, em determinadas posições, eu compreendo perfeitamente. Vou dar um retorno doutor Rogério. Posso também tratar isso internamente, pedir a polícia militar, a polícia civil encaminhar um representante para essa discussão. E aí talvez possa amenizar essa situação na qual vocês estão passando. Deixei o meu contato no chat e gostaria que alguém pudesse deixar o contato também ou me comunicar via e-mail que eu vou levar agora para OAB, justamente nessa questão de vocês. E aí, se eles precisarem de alguém que deva procurar para tratar a questão, quem poderão procurar. Peço desculpa gente de verdade, ou me precisar retirar, mas é porque eu tenho uma reunião, então assim, realmente hoje estava um pouco apertado, mas estou à disposição. A dra. Bruna diz que isso tudo o que foi exposto por mim, pela Dra Cristina é já de conhecimento da OAB, já é de conhecimento do Sérgio Leonardo, inclusive o Sérgio Leonardo recebeu um convite para estar participando dessa reunião aqui hoje, e ele não está presente, então assim, eu acho que falta comunicação, porque o certo seria a OAB, está aqui conosco porque nós estamos diante de uma presidente de comissão, eu faço parte de comissão, assim como as minhas outras colegas, que inclusive a Dra é Luana, é delegada de prerrogativas. Aí eu te pergunto, por que mesmo recebendo um convite da OAB, vai haver uma reunião em separado se o tema já foi tratado? Com Sérgio Leonardo, nós nos reunimos no dia 8 de abril, Dra Cristina estava presente o presidente da comissão de promoção da igualdade racial estava presente a presidenta e o vice-presidente da comissão de direito e Liberdade religiosa estava presente à presidenta da comissão de direitos humanos. Estava presente a Dra Ana Evangelista estava representando o CONEPIR, então assim é de conhecimento da OAB tudo o que está acontecendo agora. O que me espanta é o que me entristece é por que a OAB mesmo recebendo convites, Sérgio Leonardo recebeu o convite. Porque eu recebi no meu e-mail a carta convite para que ele participasse dessa reunião. Ele já está ciente de tudo o que está acontecendo, de todos os trâmites que está ocorrendo no meu processo administrativo é da votação que houve no conselho. Com relação à Dra Tamires, não é nada que não seja, é de não formação da presidência da OAB. Todos estão cientes, só que até o presente momento não está andando. O que nós levamos como demanda por às vezes, por haver vaidades entre as pessoas, a gente não tem que olhar vaidade, Dra Sabrina, a gente tem que olhar a vida. A gente tem que olhar a qualidade de vida. É sofrimento para mim, é sofrimento para Dra Tamires. Dra Luana é para as outras advogadas, igual eu mencionei aqui, infelizmente, eu gostaria que você levasse essa informação para o Sérgio Leonardo não há necessidade de fazer uma reunião em separado para tratar o assunto. Dra Sabrina diz que irá repassar a informação. A dra. Thais diz que realmente também sinto bastante que não estejam presentes. A ouvidoria da igualdade racial, já fez um levantamento e nós encaminhamos algumas demandas para a polícia civil de Minas Gerais, de algumas colegas que passaram por situações complicadas não foram exatamente advogadas, mas também no exercício, vamos dizer assim, do sistema de justiça, de policiais que passaram por situações bem complicadas dentro da sua própria delegacia, com as suas chefias. Essa competência de entrar numa estrutura estadual ou inclusive judicial em alguns casos, mas a gente sempre brinca na ouvidoria que a gente tem, sim, o poder de constrangimento também questão recebida na nossa ouvidoria é, elas também servem como subsídio para a criação de políticas públicas. Eu vou levar pra ouvidoria, que vai levar para outras instâncias para a gente não perder essa questão da mulher negra. A Ouvidoria tem 1 ano de existência, autoria do Ministério da igualdade racial, nessa, e nesse formato de agora a gente fez um pequeno levantamento e os casos que mais apareceram, racismo, escola em sistema de saúde, policial e carcerário, ambiente de trabalho e no sistema previdenciário INSS, que foi exatamente o que a Dra Luana também colocou. Então é agradecer a mesma escuta é colocar o nosso nome em uma ouvidoria à disposição para novas conversas. A gente tem as nossas limitações legais mesmo, mas tudo que nos chega, nós fazemos questão de levar a nossa ouvidoria, porque a gente precisa sim fazer esse

letramento, como colocou o Dr Allender. Então nós estávamos em parceria com a ouvidoria geral da união para tentar fazer um letramento para todas as ouvidorias dos sistemas dedutivos federais e também para outra população que queira participar e o próprio ministério em outras áreas também e buscando essa questão de letramento. Para a gente conseguir e adentrando nas estruturas mesmo é de toda administração pública, federal, estadual, municipal, que não tem como a gente parar só no federal. A gente vê que é uma situação que sabemos, que está em todos os lugares da administração e a gente não pode deixar isso passar. Também temos agora um acordo de cooperação com o conselho nacional do Ministério público é que é justamente para tentar melhorar. Que então que a gente está faltando, que essa ação não está saindo do lugar. Ela já entrou com ação dela e fica lá parada, não sai do lugar. Então, nós estamos tentando também esse acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público para buscar elementos, que eles também nos ajudem nos procedimentos que a gente também nos ajude. Se for uma coisa, é uma parceria para que isso saia, para que não fique se arrastando a vida toda para depois um processo. O conselheiro Adjanir diz que se um servidor público que não cumpre a lei, por que também para ele ali não pesa. Por que não se um servidor pode desacatar uma mulher negra de dentro da Delegacia, botar o dedo nariz dela e botar para fora da sala, este servidor recebe para isso. Ainda mais, é uma mulher e tem que respeitar. Então fica muito fácil eu estar sob o guarda-chuva da lei, recebendo para poder fazer isso e receber por descumprir a lei para ser racista, para ser misógino, para ser homofóbico, e as pessoas ficam até o final para escutar o que tem que tem que ser escutado. Eu não posso ir para uma reunião, ouvir medo de palavras, sair fora. Esse letramento passou de hora de ser feito para punir esses servidores que não cumprem seu papel, seja quem for. O fato de usarem armas e tem desse tipo não dão direito, não está direito desrespeitar a lei, desrespeitar o ser humano. É em caminhos concretos daqui não é mais de conversa, é de punição mesmo para esses entes que não cumpre o seu papel. Recebe por isso? Temos que agir, então dá pra marcar mais uma reunião que seja com Sabrina. Eu não sei quem da OAB resolve mais nada. Eles estão brincando com a gente, então nós temos que repensar isso, e agir para poder realmente tirar proposições que seja efetivas, e ter solução. O sr. Danilo pede licença para falar, não é o meu lugar de fala, mas eu estou aqui como o advogado da Dra Bruna, eu concordo em gênero, número e grau com a indignação. Nós temos uma situação que é estrutural e quando a gente fala de racismo estrutural não é o racismo. É com o letramento que é demorado, ele é difícil de fazer porque é nadar contra a correnteza. E isso está estruturado na nossa sociedade e nós temos um sério problema de não se combater estrutura, ninguém mexe na ferida. No país inteiro, até o presente momento, ainda é uma estrutura colonizadora. Então é uma estrutura que olha para a sociedade como inimiga. Ela não está ali disponível para servir a sociedade. Nós não criminalizamos o desacato ao advogado no exercício da PRE, no exercício da função. Porque o advogado que exerce uma função pública, também não pode ter a mesma proteção que o policial que o atende. Nós precisamos começar a dialogar e mexer em pontos que ninguém quer mexer. Nós já escutamos deputado federal falar que o que o povo negro é um povo amaldiçoado. Todos os dias é a mesma coisa, e infelizmente, se nós não mudarmos a estrutura de segurança pública no Brasil o protecionismo, corporativismo, é gigantesco. Eles sempre acham justo tudo o que eles fazem. Nós estamos reafirmando aquilo que todos nós já temos na cabeça agora, cadê a estrutura que não está aqui para debater. Os casos que estão aqui em exposição, eles tem que servir como ilustração para milhares ou milhões de outros casos, e deve haver uma força conjunta. A gente deve buscar os deputados estaduais no nosso caso aqui em Minas, o Ministério, marcar uma data para estar todo mundo. A gente tem que pressionar. Deveria acontecer um ato de desagravo geral no Brasil em relação ao tratamento dos advogados. E em relação especialmente dos advogados e das advogadas negras. Ele tem que ser numeroso, ele tem que ser público e aparecer na rede Globo, no SBT, na Record, falando bem, falando mal, mas vai aparecer. Eu tenho certeza que a nossa sociedade é uma sociedade mais justa, majoritariamente negra. Ela vai se indignar também, e aí a gente vai poder começar a cobrar a mudança dessa estrutura. Eu falo como alguém que lida com a questão da liberdade religiosa, que busca uma sociedade melhor e que supera que a gente saia dessas reuniões virtuais e que a gente possa de fato começar a agir, porque infelizmente nem a paciência para esperar respeito a agenda de cada um. Não estou dizendo nada, não estou julgando, mas não é pra ser de colocar um representante aqui para escutar, tiveram a dignidade de colocar. Era isso que eu tinha para falar e muito obrigado pelo espaço. A Dra. Ana Evangelista diz que quer aproveitar esse espaço aqui para falar a respeito do CONEPIR, que quando nós propusemos essa pauta foi aceita prontamente. É a parte nossa como conselho, como a Dra Bruna falou, eu estive presente na reunião junto com as autoridades públicas. Então, que é fatos mesmo que são corriqueiros, mas que não podem ser tratados dessa maneira, mas que a gente vive dia a dia e nós estamos aqui para somar essa luta que essa luta também é nossa. O presidente Clever diz que não é apenas essas duas reuniões que a gente vai dar por vencido. Temos que criar outras estratégias. Nós vamos conseguir fazer a alterar isso aí, o rumo da história é

outro. Nós temos que valoriza as advogadas negras, trazer para elas essa solicitação, o pedido de desagravo. A valorização das nossas e valorosas advogadas negras, não podemos desanimar, né Doutora Cristina. Vocês lá no Rio Grande do sul conseguiram avançar. Nós aqui também vamos conseguir. Eu acho que o letramento Importante, acho que pode sair, talvez se a comissão propuser esse letramento tanto para poder público em geral como para todo servidor público, desde o executivo, o legislativo, O judiciário. Nós temos que fazer isso, o CONEPIR pode sair com um projeto de letramento. Nós temos professores, que eu tenho certeza que vai poder encampar com a junto com a gente, não está difícil. É dar segmento, porque nós já fizemos isso uma vez. Algum tempo atrás fazíamos muito isso aí. Capacitação principalmente da polícia militar e da polícia civil, a delegacia especializada de crimes raciais. Nós temos feito diversas vezes. Nós temos participado das capacitações dele, tem que avançar mais é pouco. Nós precisamos fazer mais, ser mais constante. A gente precisa desses dados. É muito importante casar esses dados e passar o que nós temos de informação e criar esse banco de dados mais aprofundado, que inclusive para o país todo. Pode contar com a gente aí, tanto no que diz respeito ao nosso Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, como também da Diretoria Estadual de Políticas para Igualdade Racial e Povos Tradicionais. Então nós vamos ter que estar à disposição de vocês e aí, na sua intervenção agora, quais são os encaminhamentos dessa tarde. Não podemos parar aqui ir embora para nossas casas, precisamos pensar em quais são os encaminhamentos, que nós vamos pensar para fazer, para a próxima reunião ou para a próxima atividade, vai ser uma audiência pública. Acho que podemos colocar lá dentro da assembleia, desativa todos os atores, Ministério público e o poder judiciário. Nós podemos colocar a Defensoria pública, a polícia militar, a polícia civil e todos os órgãos que a gente achar que é importante. A Dra. Bruna diz que uma audiência pública presencial, porque foi enviado ao presidente da OAB para que participasse desta reunião. Então qual que seria a necessidade de fazer uma reunião em separado se a situação de nós advogadas negras não é de desconhecimento da OAB, eu acho que é hora das pessoas virar ali e falar, vamos nos unir. Mas, na prática, não fazer isso, gente não dá, não dá. Então eu concordo, com o Dr Danilo, que me representa que tem que ser uma convocação. A gente tem que sair daqui hoje, e já pensando numa convocação e tem que ser uma convocação pública e presencial, porque você vinha aqui. As pessoas que entraram aqui deixaram e olha só para você ver que curioso, o Dr Allender saiu da reunião. A doutora Sabrina é saiu também informando que teria uma reunião com a OAB. Exatamente qual que era a reunião, mas deu a entender que seria como a presidência da OAB ou com algum representante da OAB. Já houve uma reunião com a OAB com todos nós, Dra Ana estava, Dr Danilo estava Dra Cristina estava e Dra Luana foi representada, Por um advogado, que também vem sofrendo por questões raciais e dentro de fórum, sendo barrado constantemente. Medidas prerrogativas não tem uma comunicação é direta com a presidência da OAB. Como que vamos avançar se primeiro a gente não tem uma comunicação? Se cada um individualmente olhar ao seu lado, a gente não avança em nada a gente. Então assim, eu acho que hoje, como sugestão, é sim fazer uma reunião virtual. A Dra. Cristina Ferreira diz que entende e ratifica que essa questão do racismo que eu ouvi que o racismo ele é da população e é uma cultura brutal. Eu não quero me estender porque realmente alguém disse que a que esses encontros acabam se virando em desabafos. Não participo mais se for virtual, porque eu vejo que tem vários nomes ali, e pergunto, se essas pessoas estão presentes, se eu chamar uma delas, tem certeza que elas estão em outro lugar? Então eu acho que há a reunião, ela tem que ser presencial para que as pessoas apareçam e que a gente não veja só inicial, porque essas pessoas vão se manifestar em relação ao que nós estamos sentindo. Já vimos pessoas saindo e para nós não interessa então eu solicito que a próxima reunião, seja presencial e com as autoridades eu não gosto de reunião virtual, eu estou realmente participando em consideração a pauta que está sendo levantada e outra coisa, estou participando também da criação, do estatuto da igualdade racial, que está sendo feito na assembleia. Esse estatuto que estão fazendo teriam que estar presente na nossa reunião também, até para se manifestarem, para incluírem. Não estava previsto a questão de gênero e aí eu falei a não só a questão de gênero, eu quero também a questão racial, porque a mulher negra é raça e gênero, e isso está sendo discutidos lá, então nós poderíamos aproveitar a aquelas pessoas que estão lá para poder participar também e conversar com a gente. Mas tem que ser presencial. Porque nós estamos em poucas pessoas de fala, poucas pessoas estão falando, poucas pessoas estão se manifestando. Se todas essas pessoas que estão com as iniciais ali se manifestassem, eu tenho certeza que nós teríamos mais poder, então eu tenho assim realmente, quem me conhece, eu não mando recado, falei isso para estar lá na criação do estatuto, que não adianta fazer reuniãozinha virtual, uma maioria de pessoas brancas, criando um estatuto. Eu estou falando em comparação, não adianta pessoas que não têm letramento racial. Eu sei da força do CONEPIR, eu falei isso na primeira reunião. É um conselho criado para justamente para ser ouvido e para ouvir outras questões que envolvam os indígenas que envolvam os quilombolas que envolvam todas as questões raciais. A Dra

Thaís, que eu acredito que vá nos dar força em relação a isso. Até falo para vocês que eu estou indo pro Rio Grande do sul porque a minha família está numa situação muito difícil lá, mas eu gostaria de estar presente nesta reunião. A conselheira Ana Evangelista diz que só queria acrescentar que a gente também pode estrategicamente, no conselho estadual da mulher. Nós podemos também pedir a pauta para colocar o problema da mulher preta e aí começar a incomodar lá também. As indômitas tem uma cadeira, eu vou pedir para pautar na próxima reunião e a gente para juntar força com outros conselhos também para a gente, porque isso é uma pauta geral. Então a gente ir pensando, em estratégias. A dra. Thaís diz que colocou aqui no chat o nosso relatório da ouvidoria, como a esse relatório do ano passado e ele fala de todas as atividades porque ele é obrigatório pela CGU, mas a gente colocou quadros por trimestre das ações que a gente, das manifestações que a gente mais recebeu na ouvidoria, nem tinha racismo quando a gente começou a nossa Ouvidoria, que no começo do ano passado só tinha discriminação, então a gente foi criando diversos novos tópicos. É em racismo e entre dele, racismo religioso, quilombola, todos esses menus não existiam, no sistema, então a gente foi passou esse ano criando e criando sub menus também. A nossa ouvidoria tem uma parceria com a ouvidoria da do Ministério das Mulheres. Porque nós sabemos a as situações que a mulher preta passa na advocacia, em vários outros contextos. Então, o nosso Ministério tem buscado, sim, uma parceria constante com também com o Ministério das mulheres, e acho muito interessante para votar sim também com eles essa questão e numa oportunidade que a nossa ouvidoria estiver, nós também vamos comentar e levar isso para a Ouvidoria da das mulheres também. O presidente Clever aponta os encaminhamentos extraídos na reunião. **Encaminhamentos:** Registrar em ata o assunto incluído na pauta, sobre os jogos para os povos Indígenas apresentados pelos representantes da Subsecretaria de Esportes, Pedro Henrique e Ana Clara. Agendar reunião presencial para tratar do assunto “As violências sofridas pelas Advogadas Negras junto aos Órgãos Policiais e Poder Judiciário de Minas Gerais”; convocar representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública, representantes da OAB, representantes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representantes da polícia civil e polícia militar; e o Dr. Danilo encaminhar ofício para OAB, solicitando um ato de desagravo junto ao governo de Minas em favor das advogadas negras que sofrem violências junto aos órgãos policiais e poder judiciário de Minas Gerais, no exercício da profissão. Conclui dizendo como não há mais nenhum encaminhamento, a gente vai dar como encerrada a nossa reunião. Finalizando: O CONEPIR tem essa força como a Dra doutora Cristina disse, nós temos que usar essa força. Nós temos que utilizar ela todas as vezes que a gente sentir ameaçado e todas as vezes que a gente sentir também violado nossos direitos. A gente tem que usar o conselho, não só o conselho da igualdade racial, como também a comissão estadual para desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais. O conselho da mulher, conselho da criança adolescente, conselho de direitos humanos, então são espaços. Ali na base a gente também está aqui enquanto sociedade civil também, porque a gente também, depois que a gente sai dos horários, dos horários. A gente vira a sociedade civil e a gente também tem nossos direitos violados. Então, aqui, nós todos somos iguais a que todos nós estamos sendo violado. Os direitos 24 horas, não é porque a gente é servidor público, a gente deixa também de sofrer as violações, as vezes a gente nem percebe que dentro daquela repartição pública a gente está. A gente está sendo violado dos nossos direitos. A gente nem imagina que está sendo violada, então a gente tem que prestar atenção nessas coisas, questionar, fazer as críticas. E quando a gente que é presidente do conselho, se não tiver agindo a contento, vocês também tem o dever de falar com a gente, que não está legal, vamos melhorar aqui e vocês têm a Liberdade de fazer isso, Vocês fiquem sempre atentos, porque às vezes a gente às vezes vai ficando velho nos espaços. Seria o último ano, meu último ano, porque ano que vem tem eleição e é de praxe a gente ficar uma única vez é reconduzido uma única vez, então é a segunda vez que eu estou que eu estou, estou ficando aqui e estão na próxima vez ele vai passar o bastão para outro e eu fico muito satisfeito de ter tido essa oportunidade aqui ficando dois mandatos, mas a gente já passa o bastão e vai aposentar também. Como servidor público daqui uns dias já é aliado, já até posso aposentar, mas eu vou voltar para a sociedade civil e ver o que a gente pode contribuir do outro lado, também. Muito obrigado pela reunião de hoje. Um abraço pra todo mundo e até a próxima reunião plenária, que vai ser presencial. Horário do termino: 16:30 horas.



Documento assinado eletronicamente por **Clever Alves Machado, Diretor(a)**, em 05/08/2024, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ciro César de Carvalho, Servidor (a) Público (a)**, em 06/08/2024, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Eunice Ferreira Gama, Usuário Externo**, em 07/08/2024, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogeria Maria Alves Borges Rodrigues, Servidor(a) Público(a)**, em 28/08/2024, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **89818401** e o código CRC **1AFCDF4B**.

Referência: Processo nº 1480.01.0001572/2024-09

SEI nº 89818401